

Ex-presidente do BC teme ação de políticos

Langoni acha que, como medidas são poucas, governo deve ter alternativas às que não forem aprovadas

JÓ GALAZI

RIO - O ex-presidente do Banco Central, hoje vice-presidente do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Geraldo Langoni, aprovou o programa de ajuste fiscal lançado ontem pelo governo. Ele avisou, porém, que uma das principais qualidades das medidas anunciamas - o seu pequeno número - é também a sua maior vulnerabilidade: o programa de ajuste e notadamente as medidas mais imediatas vão ficar na dependência dos políticos, destacou, o que pouco complicar as coisas.

Mas, em sua avaliação, o governo deve ter tomado precauções porque, como as medidas são pou-

cas, se cair uma, acaba-se comprometendo todo o conjunto. Por isso, ele acredita que o governo deve ter na manga medidas alternativas, para oferecer em substituição ao que o Congresso não quiser aceitar. Como lembrou, deputados e senadores têm "uma justa alergia" a aumento de impostos.

Além disso, aprovação de contribuições de funcionários públicos, principalmente inativos, para a Previdência constituiu-se em matéria muito delicada, que o Congresso não costuma aprovar. Para Langoni, a contribuição dos inativos é fundamental.

O Congresso também terá de aceitar fazer cortes de despesas e estender o Fundo de Estabilização Fiscal de 20% para 40%. Tudo isso deixa claro que não será fá-

cil a tarefa de convencimento do governo, assinalou. Outro problema por ele identificado diz respeito à queda de arrecadação que se pode esperar para o ano que vem. Ele disse que parte do esforço fiscal de R\$ 28 bilhões que o governo anunciou será neutralizada pe-

la queda no nível da atividade econômica que por sua vez levárá a um recolhimento tributário menor.

"Mesmo no governo já se admite que em 99 poderá haver uma queda de 1% no PIB", acrescentou.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS É FUNDAMENTAL

A despeito desses reparos, Langoni se disse satisfeito com o programa anunciado. "De início, o programa dependerá desproporcionalmente do aumento de receitas; uma vez que a margem para corte de gastos, fixado em R\$ 8,7 bilhões, é muito pequeno."